



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

Os serviços de utilidade pública são, normalmente, concedidos em regime de exclusividade, por exemplo, os serviços de radiotáxis, de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos, de redes fixas de telecomunicações, etc., portanto, a sua qualidade tem implicação directa com a vida da população. Porém, existe um problema comum na concessão desses serviços: como não se procede à renovação antecipada dos respectivos contratos ou não se prepara, atempadamente, o processo para novo concurso público, quando os contratos expiram, só é possível renová-los com as mesmas empresas, a fim de assegurarem aqueles serviços básicos. Devido a esta forma de renovação de contratos, as empresas em causa mantêm a qualidade dos serviços que prestam e não sentem necessidade de fazer melhor, pois não há nada que as incentive a aperfeiçoarem os serviços que prestam. E quem com isto sai prejudicada é a população.

1. Já em Fevereiro de 2011, quando expirou o contrato exclusivo da “Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos da RAEM”, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental afirmou que ia introduzir critérios internacionais no novo contrato exclusivo, e que tinha já iniciado a elaboração dos documentos relativos ao respectivo concurso público. No entanto, o concurso público foi adiado várias vezes, e perderam-se mais de dois anos. Entretanto, desde essa altura até Outubro deste ano, o Governo renovou com a mesma concessionária quatro contratos de curta duração.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Também o contrato dos serviços de rádiotáxis expirou em Agosto de 2011, e devido às divergências registadas com a concessionária durante as negociações, e ainda devido ao facto de não existirem táxis suficientes para dar resposta às necessidades reais, o Governo foi obrigado a renovar o contrato por mais 18 meses. E agora, como falta pouco tempo para o termo desse contrato, decidiu renová-lo, mas por um prazo curto. Quanto à rede fixa de telefones, se bem que desde o ano passado se tenham liberalizado, totalmente, aqueles serviços, só em princípios daquele ano, com prazo até final de Março, é que o Governo começou a receber as candidaturas para o respectivo concurso público. Já passou cerca de um ano e ainda não sabemos qual o resultado desse concurso, nem sequer sabemos quando é que vai ser concedida a licença, nem ainda quando é que os novos concessionários vão começar a prestar esses serviços. Os concursos públicos para os serviços de utilidade pública têm por objectivo permitir a participação de novos concorrentes e de novos operadores, e isso exige um período de transição, portanto, o Governo deve fixar, com a devida antecedência, os respectivos planos de trabalho. Mais ainda, sendo o Governo quem concede esses serviços, devia ser mais activo nas negociações mas, pelo contrário, assume sempre uma posição bastante passiva. O Governo já pensou sobre esta sua passividade? Porque é que não iniciou os trabalhos relativos à renovação dos contratos e à realização dos concursos públicos com mais antecedência? Será justo renovar contratos de curta duração para prolongar a exclusividade? A qualidade dos referidos serviços não apresentou melhorias durante todo este tempo, então, quem é que deve assumir as devidas responsabilidades?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Quanto aos referidos problemas com os concursos públicos e com a renovação de contratos com as empresas que prestam serviços de utilidade pública, apresentei uma interpelação escrita, em 3 de Janeiro do ano passado. Como estão em causa serviços da área dos transportes e obras públicas, aquela foi respondida pelo respectivo chefe de gabinete. Como é que os superiores avaliam o desempenho dos serviços sob sua tutela? E como é que os trabalhos foram fiscalizados, pelo respectivo superior, ao longo deste último ano e tal?

3. Existe algum mecanismo científico para o concurso público e para a renovação de contratos com as empresas que prestam serviços de utilidade pública?

13 de Março de 2013.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Meng Kam